

## Luta antirracista no Brasil: o que os brancos tem a ver com isso?

MONIQUE DE SOUZA CARVALHO\*

**Resumo:** Este artigo parte do entendimento de que, se o racismo é um problema estrutural de nossa sociedade, de modo que perpassa todas as nossas relações sociais, é de suma importância que as pessoas brancas também se comprometam em enfrentá-lo. Esse processo, nada obstante, pode ocorrer a partir de uma reflexão crítica da sociedade que pode levar o sujeito branco a enxergar os seus privilégios e, deste modo, agir para desconstruí-los; ao compreender que se são frutos da desigualdade racial existente no país desde a escravidão. Para traçar tal reflexão, o texto percorre por debates latentes em nossa sociedade, tais como racismo, branquidade e branquitude; reforçando a ideia de que a luta antirracista é de todos nós.

**Palavras-chave:** Racismo; Negritude; Branquitude; Antirracismo; Interseccionalidade.

### Anti-racist struggle in Brazil: what do white people have to do with it?

**Abstract:** This article starts from the understanding that, if racism is a structural problem of our society, to the extent that it permeates all of our social relationships, it is of utmost importance that white people also commit themselves to fighting this social problem. This process, however, can occur from a critical reflection of society that can lead the white subject to see his privileges and, in this way, to act to deconstruct them, by understanding that they are the result of racial inequality that has existed in the country since slavery. To trace such a debate, the text goes through latent debates in our society, such as racism and whiteness; reinforcing the idea that the anti-racist struggle belongs to all of us.

**Key words:** Racism; Blackness; Whiteness; Anti-racism; Intersectionality.



\* MONIQUE DE SOUZA CARVALHO é doutoranda e mestre em Política Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense.

## I. Introdução: de onde eu falo?

Antes de quaisquer aprofundamentos teóricos, acredito que seja importante situar o local de onde falo. Se “todo ponto de vista é a vista de um ponto”, como defende Leonardo Boff (1998, p. 9), o ponto de onde eu parto é o de mulher branca em uma sociedade historicamente racista. Embora seja filha de pai negro e mãe branca, por ter herdado as características fenotípicas de minha mãe, é inegável que, no Brasil, gozo de todos os privilégios dados à população branca. Demorei para perceber que sou uma mulher branca em uma cultura racista. E, sem dúvidas, esse é um dos privilégios da minha brancura. O meu processo de reconhecimento desses privilégios se iniciou no ano de 2012, quando ingressei no curso de graduação em Serviço Social na Universidade Federal Fluminense (UFF) – um curso predominante feminino e negro<sup>1</sup>.

Na relação de troca com estudantes negras, percebi que a minha cor jamais acompanhou qualquer qualificação minha. Nunca fui a “branca inteligente” ou me preocupei de não pertencer à dado lugar por causa da cor que carrego. Nessa conjuntura, qual é o meu lugar de fala? Através da leitura de Ribeiro (2017), compreendo que o meu lugar de fala é entender que eu falo a partir de um lugar privilegiado; e que os privilégios dos quais eu gozo foram construídos por meio da discriminação de tantos outros grupos.

<sup>1</sup> De acordo com dados do site de transparência da UFF, 85,9% do curso de Serviço Social é composto por mulheres. Dentre os estudantes que declararam a sua raça, 51,7% afirmam ser negros e/ou pardos; 47% brancos e 1,3% se declaram amarelos. Para mais informações, acessar: <[https://app.uff.br/transparencia/perfil\\_graduando](https://app.uff.br/transparencia/perfil_graduando)>. Acesso em 26.05.2021.

Um dos rebatimentos de tal discriminação é o silenciamento do grupo oprimido, das chamadas “minorias sociais” – termo que pode ser considerado paradoxal, uma vez que 56,10%<sup>2</sup> da população brasileira se autodeclara negra, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Ouso dizer que, ainda que tendemos pensar “mestiçagem” como “mistura”, também podemos pensá-la como “separação”. Isso se deve ao fato de as nossas diferenças serem hierarquizadas, além da crença – diria lenda – de uma democracia racial no Brasil isentar a nossa sociedade de preconceitos declarados. Entre os nossos vários tons e sobretoms, o racismo que envolve as relações sociais/raciais no Brasil é constantemente negado.

Nas palavras de Schwarcz (1993), vivemos uma espécie de preconceito retroativo: temos preconceito de dizer que temos preconceito. Em uma pesquisa realizada pelo PoderData<sup>3</sup> sobre racismo no Brasil no ano de 2020, 81% das pessoas afirmaram existir racismo no país, entretanto, apenas 34% dessas pessoas admitiram ter preconceito contra negros(as). Esse é um dado que nos mostra a “retroatividade” desse preconceito que se mostra tão naturalizado em nossa dinâmica social. Neste trabalho, intento refletir sobre a importância de pessoas brancas se engajarem na luta antirracista. Essa inquietação aparece para mim no momento em que tomo consciência de que no encontro entre “nós e os outros” (TODOROV, 1993), o princípio de

<sup>2</sup> Dado obtido através do link <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6403>>. Acesso em 11.12.2020.

<sup>3</sup> A pesquisa pode ser acessada em: <<https://www.poder360.com.br/poderdata/81-veem-racismo-no-brasil-mas-so-34-admitem-preconceito-contranegros/>>. Acesso em 07 de julho de 2021.

alteridade deve predominar – construímos nossa identidade a partir do outro. Ou seja, o racismo é problema meu e seu; é um problema de todos nós – independentemente da nossa raça.

Se a identidade negra, em uma cultura racista, é inferiorizada, é perceptível que o rebatimento dessa cultura na construção da identidade branca é a possibilidade de usufruir de inúmeros privilégios. Quando, no título deste texto, questiono “o que os brancos tem a ver com a luta antirracista?”, coaduno com o pensamento de Angela Davis (2016) de que é necessário que nós assumamos a posição de antirracistas em nossa sociedade, pois não ser racista não basta. Não ser racista não tem potencial para modificar as estruturas de uma sociedade racista. É preciso, então, colocar holofotes na história do racismo brasileiro, para enfrentá-lo.

## II. O racismo estruturante da nossa sociedade

Falar de racismo enquanto estruturante da nossa sociedade é entender que, entre brancos e negros no Brasil, há a predominância de uma falsa igualdade. Tal igualdade forjada pode ser compreendida através de uma perspectiva histórico-crítica decolonial, que nos permite entender que o conceito de raça, por exemplo, não se trata apenas de uma mera “divisão dos vários grupos humanos, diferenciados uns dos outros por caracteres físicos hereditários”<sup>4</sup>; faz parte de uma construção social que se

apropria de tais características para hierarquizar os sujeitos socialmente.

Na definição trazida por Souza (1986, p. 20), a raça pode ser entendida como noção ideológica, engendrada como critério social para distribuição de posição na estrutura de classes – desse modo, “por trás da raça, sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico” (ALMEIDA, 2018, p. 19). No Brasil, esse processo histórico se iniciou no momento em que os portugueses invadiram<sup>5</sup> as nossas terras, no ano de 1500 – rebatendo em processos que marcaram a nossa sociedade (diria que) para sempre, como a diáspora africana engendrada pelos mais de três séculos de escravidão vivenciados pelo país (1550-1888). É necessário recordar, nesse ponto, que a escravização também violentou profundamente os povos indígenas que aqui residiam.

Em Schwarcz e Starling (2015), temos a dimensão brutal do que foi a escravidão no Brasil: mais de 4 milhões de africanos foram violentamente arrancados de suas terras e trazidos ao país para serem escravizados. Neste artigo, não pretendo me debruçar minuciosamente sobre a história da escravidão brasileira<sup>6</sup>, mas acredito poder afirmar que a escravidão pode ser considerada, nada obstante, como o estopim para a construção do racismo (enquanto comportamento) e do racialismo (doutrina) que perpassam as nossas relações sociais até os dias atuais. Isso ocorre porque o processo de

<sup>4</sup> Definição encontrada no Dicionário Michaelis. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/ra%C3%A7a/>. Acessado em 03 de janeiro de 2020.

<sup>5</sup> Para outros, se tratou de um “descobrimento”. No artigo, defendo a ideia de que se tratou uma “invasão”, não “descobrimento”, pois, na

realidade, os portugueses ocuparam as terras brasileiras – submetendo os povos indígenas que aqui viviam às diversas formas de violência.

<sup>6</sup> Para aprofundamento no estudo da escravidão brasileira, indico a seguinte referência: GOMES, Laurentino. *Escravidão – Vol. 1 – Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares*. Globo Livros, 2019.

racialização produz um olhar sobre os negros e negras que, em suma, se apropria de suas características biológicas afim de inferioriza-los.

Não é à toa que esse olhar é apropriado, muitas vezes, pelos próprios negros, pois abala a sua construção de negritude<sup>7</sup>, uma vez que uma das características da desigualdade é a sua manutenção por meio da ratificação por quem oprime, mas também por quem é oprimido. Para Chauí (1998), esse mecanismo pode ser chamado de “violência perfeita”; uma manipulação capaz de fazer a vítima interiorizar as vontades de seu agressor enquanto legítimas. Ao recorrer à Bourdieu (2002), é possível notar que o olhar inferiorizado sobre si mesmo, por parte dos negros, é fruto de uma “violência simbólica”. Esta talvez possa ser sintetizada pelo fato de que, embora exista, o quadro de violência não é reconhecido, ou enxergado, pelos atores sociais que o compõe. Ou seja, o racismo é tão intrínseco em nosso cotidiano que, com frequência, tende a não ser enxergado; é naturalizado.

Nesse ponto, é importante ressaltar que pessoas brancas são, também, pessoas racializadas. Abro esse parêntese porque, socialmente, quando se fala de “raça” automaticamente as reflexões se voltam para as raças socialmente postas em um lugar desvalorizado, como a negra; no entanto, a racialização também constrói um “olhar que atribui um lugar de hegemonia à pessoa branca” (ANDES-SN, p. 8, 2019).

A escravidão, assim, instaurou um movimento de “exploração do ser pelo

ser”, afinal, “o negro foi reduzido, humilhado e desumanizado, desde o início, em todos os cantos onde houve confronto de culturas (MUNANGA, 1986, p. 33). O processo de desumanização vivenciado pela população negra não se reserva à exploração da sua força de trabalho, mas também da sua consciência, da construção da sua identidade, da sua sexualidade, em suma, atinge todos os âmbitos da sua vida. Ao ler Davis (2016) e tendo em vista uma perspectiva que intersecciona<sup>8</sup> as identidades sociais, é notável o quão sofrida fora a escravidão e seus rebatimentos, especialmente, para as mulheres negras.

Nas palavras da autora,

Os abusos especialmente infligidos a elas [mulheres negras] facilitavam a cruel exploração econômica de seu trabalho. As exigências dessa exploração levaram os proprietários da mão de obra escrava a deixar de lado suas atitudes sexistas ortodoxas, exceto quando seu objetivo era repressão. Assim como as mulheres negras dificilmente eram “mulheres” no sentido corrente do termo [...]. (DAVIS, 2016, p. 20)

Enquanto mulher branca, sinto que considerar as especificidades do racismo sofrido pelas mulheres negras é, em si, parte da minha luta antirracista – que se inicia no entendimento de que, ainda que o gênero me aproxime a qualquer outra mulher, a raça, dentre outras identidades, pode nos diferenciar. Nas palavras de Kilomba (2019),

O mito da mulher *negra* disponível, o homem *negro* infantilizado, a

<sup>7</sup> A definição de negritude “diz respeito, a grosso modo, a construção de uma identidade negra positiva”. (JESUS, 2012, p. 1)

<sup>8</sup> “A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata

especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (CRENSHAW, 2002)

mulher mulçumana oprimida, o homem mulçumano agressivo, bem como o mito da mulher branca emancipada ou do homem branco liberal são exemplos de como as construções de gênero e de “raça” interagem” (KILOMBRA, 2019, p. 94, grifo original).

Mulheres independentemente da raça, historicamente, sofrem com o machismo, isso é inegável; entretanto a vida de mulheres negras é marcada por outras opressões. Collins (2017), ao falar do manifesto *A Black Feminist Statement*; em português, “Uma declaração feminista negra”, produzido pelo Coletivo Combahee River em 1995, diz que

uma perspectiva que considerasse somente a raça ou outra com somente o gênero avançariam em análises parciais ou incompletas da injustiça social que caracteriza a vida de mulheres negras afro-americanas, e que raça, gênero, classe social e sexualidade, todas elas, moldavam a experiência de mulher negra. (COLLINS, 2017, p. 8)

Tais especificidades vividas pela mulher negra podem ser visualizadas em sua histórica hipersexualização, e no fato de que – ao contrário das mulheres brancas –, as mulheres negras sempre trabalharam. Davis (2016), em seu estudo, relata todo o árduo trabalho desempenhado pelas mulheres negras que, como disse, sequer eram consideradas mulheres. Negros e negras eram, nesse contexto, considerados meros objetos, passíveis de serem manipulados como melhor convinha aos brancos – podemos encontrar tais heranças escravocratas em nossa cultura

até hoje, pois, apesar de abolida no ano de 1888, a escravidão no Brasil ainda está distante de ser erradicada. Nas reflexões de Fernandes (2007, p. 87), “eliminando o ‘escravo’ pela mudança social, o ‘negro’ se converteu num resíduo racial” – ainda que tenha deixado o status de “escravo”, não adquirira o status de “cidadão”, de ser humano. Essa é uma das marcas do racismo.

O racismo, “resultado da crença de que existem raças ou tipos humanos superiores e inferiores” (MUNANGA; GOMES; 2006, p. 179), atravessa todas as áreas da vida em sociedade – desde expressões populares, consideradas até mesmo ingênuas, como “cabelo ruim” ou “cabelo bom”; “humor negro” e “inveja branca”; “denegrir”, “lista negra”, dentre outras frases que devemos (des)aprender no processo de desconstrução do racismo. É importante salientar que as expressões que vêm acompanhadas de “negro” sempre conotam algo ruim/negativo – humor negro seria o humor do mais baixo nível, por exemplo –, enquanto que as expressões acompanhadas de “branco” são usadas para amenizar situações um tanto quanto desagradáveis – na frase “inveja branca”, “branca” é utilizada para tornar o sentimento “inveja”, socialmente considerado negativo, em algo mais ameno.

Em “segunda-feira é dia de branco”, há o reforço de que pessoas negras, em linguagem popular, fazem “corpo mole”, são “malandras” e que trabalho mesmo é o que o branco (que sempre possui *status* de cidadão) exerce. De modo concomitante, “serviço de preto” é utilizado para dizer que determinado trabalho não fora feito de modo correto.<sup>9</sup>

<sup>9</sup> Para (des)aprender mais expressões populares de cunho racista, consultar a matéria “18 expressões racistas que você usa sem saber”, do site Geledés, disponível em:

<<https://www.geledes.org.br/18-expressoes-racistas-que-voce-usa-sem-saber/>>. Acessado em 08 de janeiro de 2020.

Se “negro” é sinônimo de mau presságio, não é por acaso que a eugenia – submissão ou mesmo eliminação das “raças inferiores” – se fez historicamente tão presente nos ideais do Brasil (SCHWARCZ, 1993). Éramos (e ainda somos) um país negro, mas que se pretendia branco. Esse movimento não se restringe ao incentivo à miscigenação e, conseqüentemente, ao branqueamento da população, mas também à adoção da cultura eurocêntrica como única legítima.

Assim, “o negro acreditou no conto, no mito, e passou a ver-se com os olhos e falar a linguagem do dominador” (SOUZA, 1986, p. 30). Munanga e Gomes (2006) iniciam o seu livro, “O negro no Brasil de hoje”, com o seguinte questionamento: “O Brasil, o que é afinal?” e a minha resposta seria a de que o Brasil é o país das aparências. É o país que, embora predominantemente negro, insiste em aprender a sua história contada somente pelo viés dos europeus. É um país racista, mas que vende a imagem de que vivemos um “espetáculo das raças” da forma mais harmoniosa que se pode conceber.

O fato é que, na dinâmica social, pessoas podem estar em desvantagem ou possuir privilégios a partir da sua cor. Em uma breve pesquisa pela palavra “negros” no *google*<sup>10</sup> – maior site de pesquisas do mundo –, me deparei com inúmeras matérias cujos títulos evocam as desigualdades raciais que ainda persistem no Brasil. “Por que a saúde dos negros é pior?”, “Desemprego aumenta só entre os negros”, “A cada três assassinatos, três são negros” são alguns exemplos dos resultados obtidos por mim.

<sup>10</sup> <https://www.google.com/>. Acessado em 03 de janeiro de 2020.

<sup>11</sup> Dado retirado do Site de Transparência da Universidade Federal Fluminense, no espaço

O racismo é, diariamente, alimentado em nossa sociedade – de forma tão naturalizada que, por vezes, sequer o percebemos. É “normal” adentrar os muros da universidade, por exemplo, e observar que os negros são a maioria no desempenho dos “serviços gerais”, mas que timidamente figuram entre os docentes. Quando alcançam tal patamar, seu trabalho pode ser constantemente questionado enquanto legítimo ou não. Ao falar da realidade das mulheres negras, bell hooks (1995, p. 470) aponta para uma “insistência cultural em que as negras sejam encaradas como empregadas domésticas, independentemente de nosso status no trabalho, ou carreira.”. Em síntese, pensar no mundo acadêmico, de uma forma geral, é pensar em um universo predominantemente branco. Dos quase sessenta mil estudantes de graduação da Universidade Federal Fluminense, apenas 25,64% se autodeclararam negros, ou seja, são pretos ou pardos.<sup>11</sup>

Vivemos uma falsa igualdade/democracia racial e mudar essa realidade não é papel exclusivo da população negra – é, ou ao menos deveria ser, papel dos brancos também; mas sem tirar o protagonismo das pessoas negras, é importante ressaltar. Para cada lugar de fala de uma pessoa negra, deve existir o lugar de escuta de uma pessoa branca, pois é nesse processo de escuta, de alteridade, que as pessoas brancas podem reconhecer que a luta antirracista também deve ser uma luta dos brancos.

Como eu disse anteriormente, brancos, assim como os negros, também são pessoas racializadas. Concomitantemente, uma das reflexões

“perfil do graduando”, disponível em: [https://app.uff.br/transparencia/perfil\\_graduando](https://app.uff.br/transparencia/perfil_graduando). Acessado em 08 de janeiro de 2020.

trazidas por Schucman (2012, p. 7), em sua pesquisa sobre a construção da branquitude paulistana, é a de que “o racismo ainda faz parte de um dos traços unificadores da identidade racial branca”. Ou seja, os privilégios brancos por nós vivenciados não são frutos de reflexões, pois muitas vezes são considerados naturais. Na realidade, todavia, esses privilégios são frutos de séculos de discriminação.

### III. Branquidade x Branquitude

Viver em sociedade é viver com o que nos é diferente. Digo isso porque acredito ser inegável o fato de que todos nós possuímos nossas particularidades, e diferenças. Somos diferentes em aspectos que perpassam toda a nossa vida, não limitando às nossas características físicas ou preferências construídas. Por "preferências construídas", me refiro ao fato de que somos fruto de uma construção social. Nesse sentido, como diz Hall (2002), podemos ser plurais, na medida em que as nossas identidades não são fixas, são móveis e definidas/construídas historicamente.

Através dessa percepção plural dos sujeitos sociais, Castells (1999) sinaliza que a construção das nossas identidades é permeada por um contexto de relações de poder. Isto é, as diferentes identidades, em si, não se constituem problemas – o problema existe quando se valoriza umas em detrimento de outras. Nessa acepção, na construção das identidades branca e negra, a pessoa branca tende socialmente a ocupar um local de poder privilegiado. Nessa dinâmica, se cria, de acordo com as considerações de Goffman (1981, p. 4), uma marca em determinados sujeitos, ditos "minorias", afim de desvalorizá-

los; se estrutura, assim, o estigma, que é "a situação do indivíduo que está inabilitado para aceitação plena".

Trago essas reflexões para atentar ao fato de que, no decorrer de todo o tempo histórico, à pessoa branca é conferida o status de “ser humano ideal”. Através da leitura de Jesus (2012) e Schucman (2012), se pode compreender que tal posição designada ao branco atua no sentido de reafirmar os estereótipos que fazem os negros permanecerem em uma condição de inferioridade. Para Jesus (2012), isso acontece porque ainda é mínimo o espaço

que tem se dado para as discussões que ponham em evidência a real contribuição do branco para a existência deste quadro social [*e assim*] tem favorecido a legitimação de um status quo que consegue se manter mesmo com o crescimento de políticas de enfrentamento ao racismo. (JESUS, 2012, p. 2)

Em minhas percepções e vivência enquanto mulher branca, noto que a postura que se tende a adotar é a de “bem, a escravidão existiu, mas eu não existia na época, logo não tenho nada a ver com isso”. “Eu nunca escravizei ninguém, que dívida é essa?”<sup>12</sup> é uma frase dita em entrevista, inclusive, pelo atual presidente do país; Jair Bolsonaro. O que não se visualiza, todavia, é que esse lamentável momento da história brasileira nos faz vivenciar, ainda hoje, privilégios – reproduzimos tal estrutura e, dessa forma, temos responsabilidade sobre a sua desconstrução.

Isto posto, na categoria de mulher branca, assumidamente feminista, o exercício de enxergar o privilégio de minha cor também deve ser priorizado; caso contrário, “falhamos em ver como nossos pensamentos e ações agem na

<sup>12</sup> Entrevista disponível em <https://www.fatimaaugusta.com.br/opiniaio->

[entrevistas-com-presidenciaveis-jair-bolsonaro-no-roda-viva/](https://www.fatimaaugusta.com.br/opiniaio-entrevistas-com-presidenciaveis-jair-bolsonaro-no-roda-viva/). Acessado em 04/01/20.

manutenção da subordinação de outras pessoas” (COLLINS, 2015, p. 13). Se no Artigo 5º da Constituição Federal de 1988<sup>13</sup> somos todos considerados iguais perante a lei e gozamos dos mesmos direitos; por outro lado, o racismo ainda persiste agindo de modo a tornar tal Artigo da Constituição Federal, na realidade, em uma grande utopia.

Jesus (2012) apresenta que Fanon (1952), em “Pele Negra, Máscaras Brancas”, conclui que, na medida em que o negro vê o branco enquanto modelo, um ideal a ser alcançado; os brancos sequer veem os negros enquanto seres humanos. Esse é um dos pilares da branquidade. Jesus (2012, p. 2), em seus estudos, diz que a “nomenclatura branquidade, toma o lugar [...] para definir as práticas daqueles indivíduos brancos que assumem e reafirmam a condição ideal e única de ser humano, portanto, o direito pela manutenção do privilégio perpetuado socialmente.”. Em minha interpretação, a branquidade é algo que todos os indivíduos brancos tendem a naturalizar socialmente – isso significa entender que o racismo não emerge de um indivíduo isolado, ele é institucional e estrutural; é uma questão social.

Nessa acepção, Collins (2015, p. 20), diz que “relações sistêmicas de dominação e subordinação estruturadas por meio de instituições sociais, tais como escolas, negócios, hospitais, locais de trabalho e agências governamentais, representam a dimensão institucional da opressão”. A sociedade e suas instituições, como um todo, reproduzem as opressões que, desde tenra idade, aprendemos ser naturais. A autora prossegue e diz que

Quer nos beneficiemos ou não,  
todos e todas vivemos em

instituições que reproduzem opressões de raça, classe e gênero. Mesmo se não tivermos nenhum contato com pessoas de outros grupos de raça, classe ou gênero, nós todos/ as encontramos imagens desses grupos e estamos expostos a significados simbólicos atrelados a tais imagens. (COLLINS, 2015, p. 28)

Note, “é preciso não perder de vista a perspectiva foucaultiana de que o poder circula” (FREITAS, 2017, p. 2) e, nesse aspecto, nós, sujeitos brancos, reproduzimos o racismo que nos eleva ao patamar do poder, seja consciente ou inconscientemente. Discutir a branquidade e suas estruturas de poder

significa colocar em questão um padrão tido como normativo, um modelo universal e positivo de humanidade, significa discutir as dimensões de um privilégio que impõe aos demais, não-brancos, uma condição de inferioridade e subalternidade seja dentro de suas próprias casas, nas escolas, áreas de lazer ou locais de trabalho. (JESUS, 2014, p. 10-11)

Essa discussão, embora necessária, parcamente ocorre na sociedade. No início deste trabalho, afirmei ter demorado a perceber que sou uma mulher branca em uma sociedade racista – refletindo sobre o assunto, penso que isso ocorre, muitas vezes, porque a mestiçagem de nosso povo “é utilizada para encobrir o caráter racista da sociedade que nega sua branquidade.” (JESUS, 2012, p. 7).

A negação da branquidade enquanto mantenedora do racismo pode ser visualizada na pesquisa de opinião pública “Discriminação racial e

<sup>13</sup> Texto da Constituição Federal de 1988 disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituica](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituica)

[o/constituicao/constituicao.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html). Acessado em 04/01/20.

preconceito de cor no Brasil”<sup>14</sup>, realizada pela Fundação Perseu Abramo em 2003. A pesquisa mostrou que, apesar de 87% dos brasileiros terem afirmado que o racismo está presente no Brasil, apenas 4% se reconheceram enquanto racistas – esse é apenas um dos exemplos do mito de nossa democracia racial. É o chamado “preconceito retroativo” identificado por Schwarcz (1993). Problematizar tais estruturas e contradições, nesse aspecto, nos leva a traçar um caminho que possibilita transformar a nossa branquidade em branquitude.

A branquitude pode ser discutida “como um estágio de conscientização e negação do privilégio vivido pelo indivíduo branco que reconhece a inexistência de direito a vantagem estrutural em relação aos negros.” (JESUS, 2012, p. 2). Julgo importante trazer os conceitos de branquidade e branquitude, pois eles são fundamentais para entender o porquê da “fragilidade branca”, como diz Carreira (2018), criar um isolamento que garante, aos brancos, “um ambiente confortável racialmente, com “almofadas protetoras”, acarretando o não desenvolvimento de habilidades emocionais e cognitivas para tolerar o estresse racial, dialogar sobre o racismo e enfrentar o questionamento sobre os privilégios brancos.” (CARREIRA, 2018, p. 129).

Em minha percepção, essa “almofada” protetora pode ser visualizada quando as lutas e bandeiras levantadas pelo movimento negro, por exemplo, são socialmente considerados como “mimimi”, ou seja, são consideradas como reclamações infundadas. É necessário incluir a pessoa branca no debate racial, pois as relações raciais são, na definição estrita do termo, relações –

pressupõe a interação com o outro, diferente ou não. É preciso, dessa forma, investigar, também, a população branca. Para além disso, nós, pessoas brancas, precisamos olhar para nós mesmos como agentes fundamentais na desconstrução do racismo.

Nas palavras de Schucman (2012),

as teorias sobre branquitude, ao focarem o branco em suas pesquisas não propõem que se acabem as pesquisas sobre a negritude [...] o intuito dos trabalhos sobre branquitude é preencher a lacuna nos estudos sobre as relações raciais que por muito tempo ajudou a naturalizar a ideia de que tem raça é apenas o negro. (2012, p. 22)

Enquanto ser racializado, a pessoa branca tem um lugar no debate racial. Quando faço essa afirmação, não intento que os brancos tomem o “lugar de fala” das pessoas negras, mas que engrossem o coro de suas lutas. Afinal, qual é o papel da branquitude na luta antirracista? Para Carreira (2018), ser um sujeito branco na luta antirracista vai além de apenas apoiar o movimento negro – é, na relação entre o “nós e os outros”, reconhecer que os “outros” também são sujeitos sociais; que possuem direitos, capacidade intelectual, cuja existência é tão legítima quanto a nossa. É nessa perspectiva que o

ser sujeito branco antirracista passa por se colocar disponível para reconhecer e se construir nessa interdependência; enfrentar o desconforto das conversas sobre o racismo e refletir criticamente como a branquitude se constrói em nossa história de vida, nas nossas relações, nas nossas práticas sociais, nas

<sup>14</sup> A pesquisa pode ser acessada em <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/Discriminacao->

[Racial-Preconceito-Cor-Brasil-1.pdf](#). Acessado em 04/01/20.

nossas instituições. (CARREIRA, 2018, p. 133)

Há, simultaneamente, a necessidade, nesse processo, de reconhecer que somos um povo racista. Pessoas brancas são historicamente educadas para um autorreconhecimento enquanto “humanos universais” – privilégios são vistos como direitos –, reconhecer que fomos educados dessa forma permite tirar o véu que há muito turva a nossa visão, nos impossibilitando de perceber as desigualdades raciais que nos circundam.

Penso que nós, brancos, ajudamos na luta antirracista quando nos reeducamos – o nosso olhar e escuta. É importante ter a consciência de que o racismo também se materializa de forma simbólica. Nesse ponto, é importante descer aos “porões da humanidade” e dar visibilidade aqueles que, por muito tempo, foram silenciados. É aprender a transgredir que, no entendimento de bell hooks (2013), significa combater qualquer tipo de desigualdade/injustiça social. “Voyeurismo”, conceito utilizado por Collins (2015) para definir o momento em que “os privilegiados se tornam ‘voyeurs’, espectadores passivos que não se relacionam com os menos poderosos, mas que estão interessados em observar como o ‘diferente’ vive”, não deve atravessar essa relação.

Esse exercício coletivo é importante porque, “de um modo geral, é no silenciamento da branquitude que a branquitude mantém-se hegemônica” (JESUS, 2012, p. 11) – não ser racista não basta, é fundamental ser antirracista, praticar o ato de desconstruir nossos próprios preconceitos e os preconceitos daqueles que nos cercam. A luta antirracista existe quando nos propomos ao contato com o outro e a sua realidade e, nesse processo, tomarmos a responsabilidade para nós. É ter ciência

de que leis que criminalizam o racismo e/ou versam sobre a políticas de cotas não são privilégios da população negra, é uma reparação histórica. É nos enxergar como “parceiros políticos” (CARREIRA, 2018, p. 135) fundamentais para que, de fato, alcancemos uma democracia racial.

#### **IV. Considerações finais: a luta antirracista é de todos nós**

Embora esse texto se trate de um trabalho científico, é indiscutível que a escolha pela temática da branquitude na luta antirracista foi totalmente implicada. É fato que não existe uma pesquisa neutra e, dessa forma, este trabalho está distante da neutralidade. Como a grande maioria dos brasileiros, como foi possível perceber por meio da pesquisa pública “Discriminação racial e preconceito de cor no Brasil” da Fundação Perseu Abramo (2003), nunca havia me considerado racista – para além disso, o racismo, durante grande parte da minha vida, nunca fora pauta para mim.

Ao sair da minha “bolha” e praticar o exercício da alteridade para com o outro, notei que o racismo estava entranhado em mim de forma tão naturalizada que sequer o percebia. Reproduzir expressões racistas era comum; assim como a não problematização do fato de eu ter tido pouquíssimos professores negros em toda a minha vida acadêmica. Notar o racismo em minhas práticas, assim como ocorreu com Schucman (2012, p. 13), foi “[...] um choque emocional que tornou a luta antirracista minha agenda diária”.

Nesse momento, me deparei também com os conflitos: “esse é o meu lugar de fala?” e “os sujeitos brancos possuem lugar na luta antirracista?”. Esses são questionamento que carreguei comigo em toda a minha vida acadêmica e, atualmente, tenho segurança de dizer que

os sujeitos brancos devem ocupar um lugar na luta antirracista; afinal, é notável que o racismo é um problema criado por brancos.

Este trabalho não possui um “ponto final”, porque tampouco dá conta da complexidade do debate de branquitude, racismo e da luta antirracista no Brasil – as outras identidades que possuímos podem agir no sentido de nos “realocar” nas estruturas sociais. Digo, vivemos em uma sociedade racista, que também é machista, classista e LGBTI+fóbica. Isto é, como disse no decorrer do texto, mulheres negras experienciam especificidades do racismo que os homens negros não vivenciam, por integrarem o grupo do gênero dominante – o gênero masculino. Homens negros com sexualidade dissidente também são atingidos com expressões racistas que homens negros heterossexuais – acredito eu – desconhecem; dentre outros exemplos.

A luta antirracista começa quando desenvolvemos a empatia pelo “outro” que, na interação com o “eu”, compõe o “nós”. Collins (2015, p. 37) já recordava que “somos cada um e cada uma responsáveis por fazer escolhas individuais e pessoais a respeito de quais elementos da opressão de raça, classe e gênero nós vamos aceitar e quais vamos trabalhar para mudar.”

O que gostaria de enfatizar, nestas últimas palavras, é o compromisso que, nós, pessoas brancas devemos assumir com a luta antirracista – ainda que culturalmente não visualizamos o racismo enquanto uma problemática de nossa responsabilidade. No nosso lugar de privilégios, devemos negá-los e entendê-los como não naturais, são construções sociais que, em essência, negam a cultura, a história e as nossas origens nos povos africanos. Em um país em que muitos se orgulham de ter

descendência em povo europeu x ou y; nem ao menos temos ciência da origem de nossos antepassados africanos – isso é significativo demais.

A luta antirracista, nesse contexto, faz parte da crença de que a história não se faz em linha reta, há inúmeras possibilidades de resistência – seja na militância ou na academia; ou em ambos, se existir fôlego. Cabe a nós o embalo da luta antirracista para que, no futuro, possamos de fato vislumbrar uma democracia racial em nosso país.

### Referências

- ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BOFF, Leonardo. **A águia e a galinha**: uma metáfora da condição humana. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998, p. 9.
- CARREIRA, Denise. O lugar dos sujeitos brancos na luta antirracista. **SUR 28** - v.15 n.28, p. 127-137, 2018.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**. Ano 10, 1º Semestre de 2002.
- COLLINS, Patricia Hill. “Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão”, In: MORENO, Renata (org.). **Reflexões e práticas de transformação feminista**. São Paulo: SOF, 2015.
- COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. Parágrafo, ISSN 2317-4919, jan./jun. de 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/07/01.pdf> Acesso em 08.06.21.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo, Boitempo, 2016.
- FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. 2ª edição revista. São Paulo: Global, 2007.

- FREITAS, Rita de Cássia Santos. **Observatório de violência de gênero – analisando a Universidade Federal Fluminense**. Programa de estudos pós-graduados em Política Social. Março de 2017.
- GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. LTC, 1981.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**, Rio de Janeiro: DP&A ed., 2002.
- HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a Educação como prática de liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla- São Paulo. 2013. Editora Martins Fontes, 2013.
- HOOKS, Bell. Intelectuais negras. In: **Revista Estudos Feministas**. V. 3, n. 2, 1995, p. 465-477.
- JESUS, Camila Moreira de. Branquitude x branquidade: uma análise conceitual do ser branco. III Encontro Baiano de Estudos em Cultura (EBECULT). 2012. Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/ebecult/wp-content/uploads/2012/05/Branquitude-x-branquidade-uma-ana-%C3%83%C3%85lise-conceitual-do-ser-branco-.pdf>. Acessado em 29/12/20.
- JESUS, Camila Moreira de. **O privilégio da brancura na escola pública**: uma etnografia no Colégio Estadual Edvaldo Brandão Correia em Cachoeira – BA. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – Cultura, Desigualdade e Desenvolvimento, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. 2014.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: Episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. 1ª.ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- MUNANGA, Kabengele. **Negritude – usos e sentidos**. São Paulo: Ática, 1986.
- MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte. MG: Letramento, 2017.
- SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade de São Paulo. 2012.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 – 1930. São Paulo: companhia das Letras, 1993.
- SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR – ANDES-SN. **Cartilha de combate ao racismo**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/aNDES-sN-lanca-cartilha-de-combate-ao-racismo1>>. Acesso em 08.02.21.
- SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- TODOROV, Tzvetan. **Nós e os outros**. A reflexão francesa sobre a diversidade humana – 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

Recebido em 2021-06-08

Publicado em 2022-02-01